

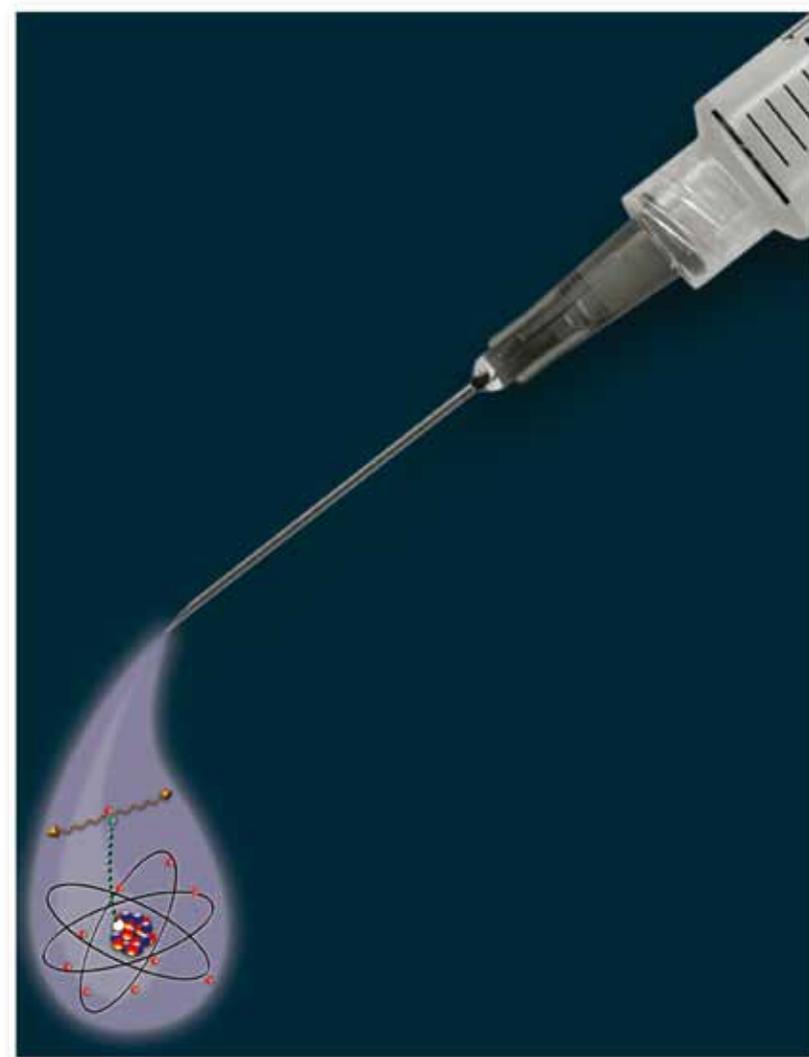
RADIOFARMÁCIA: CFF cria curso de especialização

Os farmacêuticos vão ganhar do Conselho Federal de Farmácia (CFF) mais um curso de especialização. Desta vez, de Radiofarmácia. Farmacêuticos especialistas na área e que integram a Comissão de Radiofarmácia do CFF estão adaptando o projeto do curso que haviam desenvolvido (de aprimoramento) às recomendações apresentadas pela Comissão de Ensino (Comensino) do Órgão, no sentido de que seja um curso de especialização.

Com as recomendações da Comensino, o curso passará de 180 horas de aula para 360 horas de aula, nos termos da Resolução 444/06, do CFF. Já os conteúdos técnico e científico terão que incluir as matérias Dentologia, Ética, Legislação e Metodologia Científica no currículo do curso. O CFF não definiu o local onde ele será realizado, mas adiantou que será fixo.

O Presidente do CFF, Jaldo de Souza Santos, não esconde o seu entusiasmo com a realização do curso. Souza Santos entende que ele é um reflexo deste momento de busca de especializações pelos farmacêuticos. Para o dirigente do Conselho Federal, o curso de Radiofarmácia trará benefícios para a sociedade, que contará com farmacêuticos especializados na matéria-prima da medicina nuclear.

COMISSÃO - A Comissão de Radiofarmácia criada pelo CFF é formada pelos farmacêuticos José Carlos Barbério, uma das maiores autoridades brasileiras na área, professor aposentado de Radiofarmácia da Universidade de São Paulo (USP); Eloy Julius Garcia, Pró-reitor de Ensino da UERGS (Universidade Estadual do Rio Grande do Sul), outra notoriedade em Radiofarmácia; Elaine Bortoleti de Araújo, Gerente de Garantia da Qualidade da Diretoria de Radiofarmácia do IPEN (Instituto de Pesqui-



ças Energéticas e Nucleares), autarquia ligada à USP e gerenciada pelo CNEN (Comissão Nacional de Energia Nuclear); Neuza Taeko Fukumori, farmacêutica responsável pelo controle de qualidade da Diretoria de Radiofarmácia do IPEN; Ralph Santos de Oliveira, do Instituto de Engenharia Nuclear do Rio de Janeiro (IEN)/CNEN; Maryangela Rezende Mascarenhas Santos, especialista em regulação e em vigilância sanitária da Agência Nacional de Vigilância Sani-

tária (Anvisa); Cristina Maria Moriguchi Jechel, Coordenadora do Departamento de Atenção Farmacêutica e Práticas Profissionais da Faculdade de Farmácia da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC/SP); Marycel Figoes de Barbessa, ex-pesquisadora do IPEN e especialista em Radiofarmácia do Hospital Albert Einstein (SP). Fazem parte da Comissão os farmacêuticos Tarcísio Palhano e Radif Domingos, assessores do CFF.

CARÊNCIA DE ESPECIALISTAS

- Há uma enorme carência de farmacêuticos especialistas em Radiofarmácia, no Brasil, embora essa seja uma área cujo interesse cresceu por vários motivos, a começar do fato de a Anvisa exigir, por meio da RDC 63/09 e da RDC 64/09, que o farmacêutico seja o responsável técnico pela produção de radiofármacos.

A ausência de cursos que capacitam farmacêuticos na área e o mercado desinteressante, até pouco tempo, são as razões da carência. Por isso, o CFF está criando o curso de especialização.

Contudo, nos últimos anos, os olhares dos farmacêuticos vêm se voltando bastante para o setor. E não sem motivo. Afinal, as exigências da Anvisa e a quebra do monopólio na produção de radiofármacos e radionuclídeos de meia vida passaram a atrair os profissionais que estão, ainda, torcendo pela aprovação, na Câmara dos Deputados, da PEC (Proposta de Emenda Constitucional) de número 99/03, já aprovada no Senado.

A PEC autorizará empresas privadas a produzirem material radioativo. Até então, apenas a CNEN estava autorizada a atuar na produção e a distribuição desse material. "Isso abrirá um nicho de mercado enorme", prevê Eloy Julius Garcia.

Mas a expectativa dos profissionais com o mercado cresce mais ainda diante do anúncio da construção do reator multipropósito brasileiro. A sua produção já foi aprovada pelo CNEN e pelo Governo, e a sua operação será focada na produção de radionuclídeos para diversos fins.

Ele vai, também, suprir as deficiências do Brasil na produção do molibdênio-99, matéria-prima para a produção do tecnécio-99, principal radiofármaco usado na área de medicina nuclear, no País. O reator deverá abrir muitas vagas para farmacêuticos especialistas. "Tenho muita esperança na construção do reator", anima-se o Presidente da Comissão de Radiofarmácia do CFF, José Carlos Barbério.



Comissão de Radiofarmácia do CFF: farmacêuticos Tarcísio Palhano, Eloy Julius Garcia, Maryangela Rezende Mascarenhas Santos, Marycel Figoes de Barbessa, José Carlos Barbério (Presidente), Elaine Bortoleti de Araújo, Cristina Maria Moriguchi Jechel, Neuz Fukumori e Ralph Santos de Oliveira

MERCADO - O campo de trabalho em Radiofarmácia para os farmacêuticos é muito vasto. Os profissionais poderão atuar principalmente nos centros de medicina nuclear dos hospitais e em empresas privadas que estão produzindo radiofármacos destinados aos centros de medicina nuclear hospitalares.

Em 2006, com a abertura às empresas, várias instituições de pesquisa passaram a implantar o seu ciclotron para a produção de Flúor 18, necessário para o diagnóstico de tumores e metástase. O ciclotron expande o mercado para os farmacêuticos especialistas que atuam junto às instituições diagnósticas (hospitais, centros de pesquisa e outros).

Radiofármacos são preparações usadas com finalidade diagnóstica ou terapêutica que, quando prontas para o uso, contem um ou mais radionuclídeos ou radioisótopos.

Há três categorias de radiofarmácia: a industrial, onde se produz o radiofármacos (até recentemente, este era um monopólio estatal); a centralizada, onde se preparam e se fracionam

as doses de radiofármacos para serem distribuídos aos hospitais; e a radiofarmácia hospitalar, em que se prepara e administra o produto ao paciente. O uso da radiofarmácia tem fins basicamente diagnóstico e terapêutico.

VÁCUO - A CNEN, até 1988, autorizava a realização de cursos de metodologia e aplicação do radioisótopos. A própria CNEN examinava os alunos aprovados e lhes dava uma chancela para atuar na área. Mas, a partir daquele ano, a autorização deixou de ser concedida pela Comissão, o que abriu um vácuo na capacitação dos profissionais.

A USP e as Universidades Federais do Rio Grande do Sul, de Minas Gerais e do Rio de Janeiro oferecem a disciplina Radiofarmácia em cursos de Farmácia. Barbério reivindica que seja muito mais que apenas uma disciplina. "É preciso um trabalho de educação continuada na área, sob a forma de especialização, de pós-graduação", pede ele.

Pelo jornalista Aloísio Brandão, editor-redator-repórter desta revista.